



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Projectos de Resolução:

- N.º 74/XI/5.ª/2020 – Eleição de um Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional 85
- N.º 75/XI/5.ª/2020 – Constituição da Nova Comissão Eleitoral Nacional 99
- N.º 76/XI/5.ª/2020 – Autorização para as Comissões Parlamentares realizarem reuniões semi-presenciais..... 108

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar da Acção Democrática Independente (ADI) que remete a candidatura do Sr. Dr. Jonas Gentil ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional 85

Carta do Secretário-Geral do Partido Acção Democrática Independente (ADI) que indigita o Sr. Domingos José da Trindade Boa Morte como representante do Partido na Comissão Eleitoral Nacional..... 105

Cartas de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD:

- Remete a candidatura do Sr. Dr. Amaro Pereira de Couto ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional..... 96
- Propõe a candidatura do Sr. Fernando da Silva Maquengo de Freitas ao cargo de Presidente da Comissão Eleitoral Nacional ... 100
- Propõe o nome do cidadão Hernane Viegas da Graça Santiago, como representante do Partido MLSTP/PSD, na Comissão Eleitoral Nacional (CEN). 105

Carta do Presidente do Partido PCD – Indica o Sr. Gil Mascarenhas da Costa como representante do Partido na Comissão Eleitoral Nacional 106

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD – Submete a candidatura do Sr. Eterzizy K de Castro d'Alva de Sousa ao cargo de Secretário da Comissão Eleitoral Nacional 103

Carta do Presidente do Partido União MDFM-UDD – Indica o Sr. Armindo Lopes como representante do Partido na Comissão Eleitoral Nacional 106

Carta do Gabinete do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo – Indica representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, dos Assuntos Parlamentares, Descentralização e Reforma do Estado e da Secretaria do Estado da Comunicação Social na Comissão Eleitoral Nacional 107

Carta do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização – Altera a Escala da Fragata da Marinha francesa «Ventose»..... 109

Projecto de Resolução n.º 74/XI/5.ª/2020 – Eleição de um Juiz Conselheiro para Tribunal Constitucional

Preâmbulo

Na sequência do Ofício n.º 35/G.S.G.T.C/2020, de 22 de Outubro, proveniente do Tribunal Constitucional, a Assembleia Nacional recebeu uma cópia do *Diário da República*, no qual o Presidente do Tribunal Constitucional declara, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2017 – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, que a Juíza Conselheira Dra. Edite Ramos da Costa Ten Jua cessou as suas funções, por ter-se verificado a situação de incompatibilidade prevista na alínea c) do artigo 16.º da mesma Lei, pelo facto de ter sido nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, por Decreto Presidencial n.º 19/20, de 18 de Setembro.

Assim, tornando-se necessário proceder à eleição de um novo Juiz, de conformidade com os artigos 8.º, 9.º 10.º, 11.º, 12.º e 13.º da Lei n.º 19/2017, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, para suprir a vacatura deixada pela mesma;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º
Eleição**

É eleito o Senhor -----, como Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional.

**Artigo 2.º
Entrada em vigor**

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 23 de Novembro de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves*.

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar Acção Democrática Independente (ADI)

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional
de São Tomé e Príncipe

Palácio dos Congressos

São Tomé

Excelência,

Nós, os Deputados abaixo assinados, vimos, nos termos do artigo 254.º do Regimento da Assembleia Nacional, e conforme a comunicação do Secretário da Mesa, por sua orientação datada de 09 de Novembro de 2020, apresentar a candidatura do Sr. Doutor Jonas Gentil, ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional.

Junto anexamos a carta de aceitação, Curriculum Vitae e outros documentos julgados convenientes.

Queira aceitar, Excelência, os nossos melhores cumprimentos.

Os Signatários: *Abnildo do Nascimento d'Oliveira, Sebastião Pinheiro, Arlindo Ramos, Jorge Sousa Pontes Bondoso, Adilson Cabral Managem*.

Declaração de Aceitação

Para efeitos de candidatura ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional da República Democrática de São Tomé e Príncipe, declaro a minha anuência ao convite formulado pelo Partido Político Acção Democrática Independente.

Por ser verdade, esta declaração segue assinada pelo aceitante de proposta.

São Tomé, 20 de Novembro de 2020.

O Signatário, *Jonas Gentil*.

Anexo

Curriculum Vitae

Resumo

Jonas Gentil

Nacionalidade: **São-tomense**

Local de Nascimento: **Conceição – São Tomé**

Filiação: **Amâncio Jorge da Cruz e Vitória Gentil da Costa Alegre**

Data de Nascimento: **08/08/1978**

Bilhete de Identidade **N.º 83323** emitido aos **03/03/2020** e válido até **02/03/2026**

Estado Civil: **Divorciado**

Percurso Académico e Profissional

1. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, desde 2012 (Média de 16 Valores);
2. Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, desde 2008;
3. Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, São Tomé, desde 2011;
4. Professor palestrante da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, República Federativa do Brasil, Ano 2018;
5. Professor convidado do Instituto Superior de Comunicação e Educação da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe, Ano 2019;
6. Presidente, co-fundador, membro e investigador do Instituto do Direito e Cidadania de São Tomé e Príncipe, desde 2015;
7. Membro e investigador do Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Escola de Direito do Minho, desde Janeiro de 2020;
8. Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos Africano para Desenvolvimento e Inovação, 2020;
9. Membro e investigador do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS) da Universidade Nova de Lisboa, desde 2004;
10. Membro investigador do Instituto de Direito de Língua Portuguesa, desde 2015;
11. Director do Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe (primeira e única revista jurídico-científica da RDSTP), desde 2015;
12. Antigo representante Legal e Chanceler do Mestrado em Direito Público e Desenvolvimento Sustentável, ministrado pela da Universidade de São Tomé e Príncipe, Ano 2017-2018;
13. Antigo Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe, Ano 2018;
14. Jurista e quadro técnico da Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe, desde 2011;
15. Prática Forense no Escritório de Advogados Vieira de Almeida e Associados, Ano 2008;
16. Chefe da Delegação são-tomense, em representação do Instituto do Direito e Cidadania e do MJAPDH para o VII Encontro das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa (RIPAJ), Brasil, Rio de Janeiro, 5 e 6 de Dezembro de 2017;
17. Chefe da Delegação são-tomense para o 1.º Intercâmbio dos Defensores Públicos e membros do RIPAJ, Escola Superior da Defensoria Pública da União – Assistência Jurídica e Judiciária na Lusófono, Brasil, Brasília, entre 11-15/12/2017;
18. Consultor do PNUD no âmbito do Projecto Aceleração, Ratificação e Transposição dos Tratados de União Africana, em 2020;
19. Antigo Ponto Focal do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos para os processos relativos a Extradicação, Transferência de Condenados, Auxílio Judiciário Mútuo no seio da CPLP, em 2017/2018;
20. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do projecto «Compêndio Jurídico do trabalho e Legislação Correlata», 2020;
21. Consultor do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, nas áreas de apoio à revisão legislativa, estudos, investigação científica e outras matérias, 2016-2018;

22. Membro da equipa de revisão de Códigos e outras legislações: 1) Código do Registo Predial; 2) Código Comercial; 3) Código do Notariado; 4) Código de Processo Civil, Ano 2016/2017 e 5) Estatuto dos Gestores Públicos, Ano 2011.
23. Estágio de formação forense no escritório de advogados 1) Amado Pereira & Associados, São Tomé, Ano 2011; 2) MC&A Consultores, São Tomé, 2011; 3) Departamento Jurídico do Banco Espírito Santo, Lisboa, 2007.

Autor e Co-Autor de várias Obras, Artigos, Relatórios e Pareceres Científicos

1. Constituição da República de São Tomé e Príncipe e Legislação Fundamental, 2018;
2. Estatuto da Função Pública de São Tomé e Príncipe e Legislação Complementar, 2018;
3. Relações entre a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a Constituição de São Tomé e Príncipe, 2020;
4. O Estado de Excepção na República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2020;
5. Fiscalização preventiva da constitucionalidade à luz da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional da República São-Tomense, 2018;
6. Parecer científico sobre a nomeação do Presidente do Governo Regional da RAP a solicitação da União para Mudança e Progresso do Príncipe, Agosto, 2020;
7. O Direito à Propriedade Privada na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a Constituição de São Tomé e Príncipe, 2020;
8. A Ratificação e entrada em vigor dos Tratados da União Africana, 2020;
9. O Direito Internacional Público na Ordem Jurídica São-Tomense, 2018;
10. Estudo diagnóstico sobre os mecanismos legais e institucionais de participação cívica e política em São Tomé e Príncipe, 2020;
11. A Responsabilidade Civil do Estado por Danos Decorrentes do «Não-Exercício» da Função Jurisdicional: o caso são-tomense numa perspectiva comparada, 2018;
12. As medidas de salvaguarda na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, 2018;
13. O Direito de Reunião na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, 2018;
14. São Tomé e Príncipe e o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, 2015;
15. A [Não] Extradicação de Nacionais na CPLP: Perspectiva histórica e estado actual, 2013;
16. A aplicação das medidas de coacção a luz do Direito Penal e Processual Penal São-Tomense: O Caso Américo Ramos em perspectiva, 2019;
17. Ensaio sobre o Alcance da Liberdade de Expressão na Ordem Jurídica Internacional, 2016;
18. Os Órgãos de soberania: o Governo na actual Constituição da República de Cabo Verde, 2016;
19. Recensão ao Manual de Direito Constitucional de Moçambique de Jorge Bacelar Gouveia 2016;
20. A prestação de «Relatórios Periódicos» dos Estados membros da União Africana, 2020.

*****Plano**

I. Dados Pessoais

II. Habilitações Académicas

III. Actividade Universitária

1. Docência
2. Participação em júris académicos
 - *Como vogal*
3. Participação em projectos de investigação científica
4. Coordenação e revisão prévia de dissertação e outros trabalhos científicos
 - *Mestrado*
 - *Artigo de Revista*
5. Pertença a redes e associações jurídico-científicas
6. Cargos, funções e tarefas de gestão universitária

IV. Actividade Extra-Universitária

1. Cargos, funções e tarefas em instituições/organizações
2. Voluntariado em instituições/organizações

V. Publicações

1. Artigos em revistas científicas e/ou partes de obras ou manuais
2. Comentários, Recensões e *Working Papers* e artigos de opinião
3. Colectâneas/Obras

4. Sebentas/Separatas
5. Outros trabalhos de investigação
6. Projectos em curso

VI. Participação em Colóquios, Conferências, Congressos, Cursos, Seminários e Outros Eventos

1. Como orador e organizador
2. Como participante

VII. Outras competências e aptidões

I. Dados Pessoais

Nome profissional: **Jonas Gentil**

Nome completo: Jonas Gentil da Cruz

Nacionalidade: São-tomense

Local de Nascimento: Conceição – São Tomé

Filiação: Amâncio Jorge da Cruz e Vitória Gentil da Costa Alegre

Data de Nascimento: 08/08/1978

Bilhete de Identidade n.º 83323 emitido aos 03/03/2020 e válido até 02/03/2030

Estado Civil: Divorciado

Residência: São Tomé

Tel.: 00239-9990300

E-mail: jonasgentil@hotmail.com/E-mail alternativo: jonasgentil@gmail.com

II. Habilitações Académicas

- Mestre em Direito pela Universidade Nova de Lisboa em 16 de Março de 2012, com uma dissertação na área de Ciências Jurídicas Internacionais; média final de 16 valores; por unanimidade;
- Licenciado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa em Setembro de 2008; média final de 14 valores.

III. Actividade Universitária

1. Docência

- Professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, **Direito das Pessoas e Situações Jurídicas**, desde ano lectivo 2010/2011;
- Professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, **Princípios Fundamentais do Direito**, no ano lectivo de 2011/2012;
- Professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, **Teoria Geral do Negócio Jurídico** no ano lectivo de 2011/2012;
- Professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, **Direitos Reais**, desde ano lectivo de 2013 até a presente data;
- Professor convidado do Instituto Superior de Educação e Comunicação da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe, **Qualidade e Excelência no Atendimento ao Público**, 2017.

2. Participação em Júris Académicos

- Provas finais de Licenciatura (Direito Bancário e Direito Penal) da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (2012), tendo como arguente o Professor Doutor João Redondo e Professor Dr. Mé Xinhô Costa Alegre, respectivamente, [VOGAL];
- Provas finais de Licenciatura (Direito do Ambiente) da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (2012), tendo como arguente o Professor Dr. Mé Xinhô Costa Alegre, [VOGAL].

3. Participação em Projectos de Investigação Científica

- Projecto *Jurist*: «**Direito das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa**», coordenado pela Professora Doutora Cristina Nogueira da Silva da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. (www.fd.unl.pt/jurist), 2008;

- Projecto *Ardies*: «**Arquivos Digitais do Direito e do Estado**», coordenado pelos professores Doutor António Manuel Hespanha e Doutora Cristina Nogueira da Silva, investigadores do CEDIS e professores da Faculdade de Direito da UNL. (<https://www.fd.unl.pt/BibliotecaDigital.asp>) 2004/2006;
- _____ «**Arquivos digitais do direito e do estado colonial**», coordenado pelos Professores Doutores António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva, 2006;
- _____ «**Arquivos Digitais para a História do Estado e do Direito**», edição de uma biblioteca digital de fontes de História do Direito Português dos séculos XIX e XX, sob a direcção dos Professores Doutores António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva, 2005/2006;
- Projecto História Constitucional «**Fontes para a História Constitucional Portuguesa (c. 1800 - 1910)**», sob a direcção e coordenação dos Professores Doutores António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva.

4. Coordenação e Revisão Prévia de Dissertação e outros Trabalhos Científicos

Mestrado

- Januário Jhúnior Gonçalves Ceita, «**Regime Jurídico da Exploração do Petróleo e Gás em São Tomé e Príncipe – Análise Crítica do Princípio da Transparência aplicada ao sector**», apresentada na Faculdade de Direito de Coimbra 2014/2015. Coordenação;
- Wildiley Barrocas, «**A separação de Poderes na República Democrática de São Tomé e Príncipe**», 2019. Orientador.

Artigo

- Eurico Balbino Duarte, «**Making of – A Reconstituição do Facto como meio de prova no processo penal português**», in *Prova Criminal e Direito de Defesa: Estudos Sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*, AA.VV., Frederico de Lacerda da Costa Pinto e Teresa Pizarro Beleza (coordenação), Almedina, Coimbra, 2010 (2.ª edição em 2011). Revisão;
- Edalina Sanches Rodrigues, «**O desenvolvimento dos sistemas partidários de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: perspectiva comparada (1991-2014)**», in *AD-STP 2015*, 2016. Revisão;
- Pedro Rosa Cói, «**Tópicos sobre o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos**», in *AD-STP 2015*, 2016. Revisão.

Call for papers

- Samantha Almada, «**A Complementaridade do Direito: Direito constitucional e o Direito internacional**», in *Direito Constitucional e Direito Internacional*, 1.º Painel do IV Congresso de Direito de Língua Portuguesa, São Tomé, 19 e 20 de Outubro de 2015. Coordenação: Jonas Gentil e Francisco Pereira Coutinho;
- Tânia Sousa, «**Resenha Histórica do Direito Penal em São Tomé e Príncipe – O trabalho a favor da comunidade**», in *A modernização das penas*, 4.º Painel do IV Congresso de Direito de Língua Portuguesa, São Tomé, 19 e 20 de Outubro de 2015. Coordenação: Jonas Gentil e Francisco Pereira Coutinho.

5. Membro de Redes, Associações e Institutos Jurídico-Científicas

- Membro e investigador do **OLDHUM** (Observatório Lusófono dos Direitos Humanos) da Escola de Direito do Minho, desde Janeiro de 2020;
- Membro e investigador da **ResearchGate** – Plataforma internacional network para académicos (desde Novembro de 2019);
- Membro da plataforma **ATRIC** (Associação dos Assessores do Tribunal Constitucional Português), desde Outubro de 2016;
- Membro e investigador da **Academia.edu** – Plataforma internacional network para académicos, desde Janeiro de 2016;
- Membro, investigador e Presidente Honorário do **IDEC** (Instituto do Direito e Cidadania de São Tomé e Príncipe), sendo que desde Dezembro de 2017 vem exercendo o cargo de Presidente Honorário – é co-fundador e foi o primeiro Presidente Executivo da instituição;
- Membro e investigador do **IDILP** (Instituto de Direito de Língua Portuguesa), Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (desde 2015);
- Membro do **Grupo de Direito da Energia** do Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (GD&E-CEDIS-FDUNL), desde 2015;
- Membro da **SPDI** (Sociedade Portuguesa do Direito Internacional), Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, desde 2014;
- Membro e investigador do **CEDIS-FDUNL** (Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) [<http://cedis.fd.unl.pt/>], desde 2004;

- Membro da **PRAXIS** (Associação de Prática Jurídica, Debate e Negociação), [<https://www.fd.unl.pt/Conteudos.asp?ID=1471>]; entre 2004 – 2012;
- Membro da **AAFD-UNL** (Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa), entre 2004 – 2012.

6. Cargos, Funções e Tarefas de Gestão Universitária

- *Legal Entity Appointed Representative* (LEAR) da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe no Projecto Pax-Lusófona, 2017-2018;
- Director do *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe*, desde 2015 [Co-direção partilhada com o Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho e Januário Jhúnior Gonçalves de Ceita];
- Membro da Comissão para criação da *Assembleia Representativa de Estudantes da CPLP* da Faculdade de Direito da UNL, 2011;
- Membro da *Assembleia de Representantes de Estudantes da CPLP* da Faculdade de Direito da UNL, 2011/2012.

IV. Actividade Extra-Universitária/Profissional

1. Cargos, Funções e Tarefas em outras Instituições ou Organizações

- Consultor do PNUD no âmbito do Projecto «Aceleração, Ratificação e Transposição dos Tratados de União Africana», Julho – Outubro de 2020;
- Membro de júri da Comissão para contratação de um Controlador Interno para a Agência Nacional do Petróleo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Março de 2020;
- Membro de júri para a selecção dos candidatos a mestrando ao curso de Direito Público e Desenvolvimentos Sustentável no âmbito do projecto Pax Lusófona, Universidade de São Tomé e Príncipe, 2019;
- Membro de júri para a promoção ao cargo de *Procurador-Geral Adjunto da República Democrática de São Tomé e Príncipe*, Outubro de 2018;
- *Antigo Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional República Democrática de São Tomé e Príncipe*, de 25/1/2018 a 27/12/2018;
- *Ponto Focal do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos* para os processos relativos a Extradicação e elaboração do Manual de extradicação de pessoas condenadas nos países de língua oficial portuguesa, desde 2017/2018;
- *Consultor do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos*, nas áreas de apoio à revisão legislativa, estudos, investigação científica e outras, 2016-2018;
- Co-Revisor do *Código do Registo Predial, Código Comercial, Código do Notariado e Código de Processo Civil* de São Tomé e Príncipe, 2016/2017;
- Co-Revisor do Estatuto da Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe, 2014;
- Jurista da Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe, desde 2011;
- Estágio no escritório de advogados *Amado Pereira & Associados*, Rua de Cabo Verde, São Tomé, 2011;
- Estágio no escritório de advogados *MC&A Consultores*, São Tomé, 2011;
- Membro da Equipa de elaboração do *Estatuto dos Gestores Públicos* (composta por Mé-Chinhô Costa Alegre e Herlander Medeiros) Anteprojecto de Decreto-Lei, São Tomé, Março de 2011;
- Geoplano Aherne – Laboratório de Estudos Geotécnicos, SA -, Rua do Alto da Terrugem, N.º 2, Paço de Arcos, Lisboa. Consultores Geotécnicos – Departamento Laboratorial e Jurídico, 2002-2009;
- Estágio no escritório de advogados *Vieira de Almeida e Associados*, Sociedade de Advogados, R.L., Lisboa, Departamento Financeiro, Fiscal e Project Finance, 2007;
- Estágio no Departamento Jurídico do *Banco Espírito Santo, S.A.*, Av. da Liberdade, 195, Lisboa, 2007. Direito Bancário e Seguros;
- Estágio curricular na *Geo-control – Consultores Geotécnicos*, Vila Real de Santo António, Algarve, Portugal, 2001-2002.
- Formação Profissional em Geotecnia no *Centro de Formação Profissional do Porto* (CICCOPN), 1999-2002;

2. Cargos, Funções e Tarefas Voluntárias em Instituições ou Organizações

- Membro da Federação de Xadrez de São Tomé e Príncipe (FEXA/STP) e Vice-Presidente do Conselho Técnico e Disciplinar do FEXA-STP (desde Março de 2016);
- Redactor do Jornal Regional do Vale Grande: «A VOZ DO VALE», Portugal, 1997-1999.

V. Publicações

1. Artigos, Cometários e Relatórios Científicos em Revistas e/ou Partes de Obras ou Manuais

- Relações entre a CADHP e a Constituição de São Tomé e Príncipe, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo Adicional*, Católica Editora, 2020.
- Direito à Propriedade Privada, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo Adicional*, Católica Editora, 2020 [em co-autoria com Ilza Amado Vaz e J. Jhúnior de Ceita];
- Princípios Aplicáveis, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo Adicional*, Católica Editora, 2020;
- Ratificação e entrada em vigor, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo Adicional*, Católica Editora, 2020 [em co-autoria com Herlander Medeiros];
- *Relatórios periódicos*, in Paulo Pinto de Albuquerque (Org.), *Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo Adicional*, Católica Editora, 2020;
- O Estado de Excepção na República Democrática de São Tomé e Príncipe, Working Paper, CEDIS, 2020 [em co-autoria com Jorge Bacelar Gouveia];
- Estudo diagnóstico sobre os mecanismos legais e institucionais de participação cívica e política em São Tomé e Príncipe, in *Relatórios*, FONG e ACEP, 2020 [em co-autoria com Herlander Medeiros];
- O Direito Internacional Público na Ordem Jurídica São-Tomense, in *O Direito Internacional Público nos Direitos de Língua Portuguesa*, Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (Coord.), Cedis, 2018, pp. 297-343.
- A Responsabilidade Civil do Estado por Danos Decorrentes do «Não-Exercício» da Função Jurisdicional: o caso são-tomense numa perspectiva comparada, in *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe*, 2018, pp. 13 e ss.. [Co-Autoria];
- As medidas de salvaguarda na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981 [Comentário ao artigo 61.º da CADHP], in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (Coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, OLDHUM e DH-CII, Minho, 2018, pp. 498 e ss..
O Direito de Reunião na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981 [Comentário ao artigo 11.º da CADHP], in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (Coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, OLDHUM e DH-CII, Minho, 2018, pp. 131 e ss. [Co-autoria].
- São Tomé e Príncipe e o Tratado de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional, in ADSTP, *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe*, Revista Jurídica de São Tomé e Príncipe, 2016, pp. 69 e ss.. [Co-Autoria];
- São Tomé e Príncipe e o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, in REDILP, *Revista do Instituto do Direito de Língua Portuguesa*, 2015, pp. 33 e ss.. [Co-Autoria];
- A [Não] Extradicação de Nacionais na CPLP: Perspectiva histórica e estado actual, in *Revista Themis da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, 2013, pp. 175-218;

2. Comentários, pareceres, recensões, prefácio, notas de apresentação, working paper e artigos de opinião

- Parecer sobre a «Nomeação do Novo Presidente do Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe; União para Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP), Agosto, 2020;
- Nota de Apresentação conjunta à Obra «Corte e juízes em perspectiva comparada na Lusofonia», in *Ensino, Interculturalidade e Inovação*, Fernanda Duarte, Rafael Mário Iório Filho e Ricardo Perlingeiro (Org.), PPGJA/ Nupej/DCJ – Universidade Federal Fluminense, Abril-Julho 2020;
- A aplicação das medidas de coacção a luz do Direito Penal e Processual Penal São-Tomense: O Caso Américo Ramos em perspectiva, (Academia.edu) 21/06/2019 [Co-autoria];
- «Os Não Alinhados», Estudo solicitado pelo Professor Doutor Manuel Almeida Ribeiro para publicação na *Enciclopédia Luso-Brasileira*, 2020;
- «Fiscalização preventiva da constitucionalidade – Lei n.º 19/2017 de 26 de Dezembro – Lei Orgânica do Tribunal Constitucional da República São-Tomense», in *Academia.edu*, 2018 [Co-autoria];
- Ensaio sobre o Alcance da Liberdade de Expressão na Ordem Jurídica Internacional, in *União Internacional dos Juízes de Língua Portuguesa e Sociedade Portuguesa de Direito Internacional*, 2016.

- «Órgãos de soberania: o Governo na actual Constituição da República de Cabo Verde», in *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe*, Revista Jurídica de São Tomé e Príncipe, 2016, pp. 185 e ss..
- «Aplicação do Direito Internacional Público na Ordem Jurídica São-tomense», in IDILP, 2016.
- Nota de Apresentação ao Anuário de Direito, in Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe, Revista Jurídica de São Tomé e Príncipe, 2016-2017, IDEC, IDILP, Cedis, 2017;
- «Recensão ao *Manual de Direito Constitucional de Moçambique*» de Jorge Bacelar Gouveia», in Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe, Revista Jurídica de São Tomé e Príncipe, 2016, pp. 197 e ss..
- Prefácio ao «Regime Jurídico da Exploração do Petróleo e Gás em São Tomé e Príncipe – Análise Crítica do Princípio da Transparência aplicada ao sector», de Januário Jhúnior Gonçalves Ceita, 2016.

3. Colectâneas e Obras

- Estatuto da Função Pública de São Tomé e Príncipe e Legislação Complementar», Jonas Gentil e Januário Jhúnior Gonçalves de Ceita, FDUNL, 2018 [Autor];
- Constituição da República de São Tomé e Príncipe e Legislação Fundamental, Jonas Gentil e Januário Jhúnior Gonçalves de Ceita, IDILP, 2018 [Autor].
- Colectânea de Legislação Fiscal de São Tomé e Príncipe, Organizado e Editado por MC&A Consultores Associados, Lda., 2011. [Revisão]
- Colectânea de Legislação de São Tomé e Príncipe, 2000 - 2010, Organizado e Editado por Amado Pereira e Associados, Inédito, 2011. [Revisão]

4. Separatas

- «Princípios Fundamentais do Direito», Separata da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 2012;
- «As Fontes do Direito e a Vigência das Normas na Ordem Jurídica São-Tomense», Separata da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 2012;
- «A Tutela do Direito – Meios de Tuela e Abuso do Direito», Separata da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 2011;
- «O Direito e o Estado – Princípios Fundamentais do Direito», Separata da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 2011;
- «Extradição de Nacionais na União Europeia: uma perspectiva evolutiva». Artigo cedido à *Universidade Lusíada de Angola*, 2010.
- Caderno de Exercícios – Direito das Pessoas e Situações Jurídicas. Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 4.ª Edição, 2015;
- Caderno de Exercício – Direitos Reais. Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, 2.ª Edição, 2015.

5. Outros Trabalhos de investigação

- «Compra e Venda de Bens de Consumo - A [Des]-Conformidade com o contrato», Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2008;
- «A Extradição – Princípio da não-extradição de nacionais e limite quanto a infracção: a pena de prisão perpétua», Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2009;
- «Do Estado-Nação à Restauração», Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2009;
- «Rendimento Social de Inserção», Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2009;
- «Os Serviços de Interesse Económico Geral e a Compensação de Serviço Público (Decisão 2005/C-297/04)», Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2008;

6. Projectos em curso

- «Intra-Africa – Pax Lusófona», FDUAN, FDUNL, USTP, ISCJS e UEM [Evaristo Solano – 2018-2022] [Jonas Gentil, coordenador da parte São-tomense], 2017-2022, em fase de implementação do curso de Mestrado em Direito Público e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de São Tomé e Príncipe;
- «Enciclopédia da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe», IDEC, IDILP, CEDIS, [Organização: Jonas Gentil, Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho – 2017-2022];
- «Anuário do Direito São-Tomense», IDEC, IDILP, CEDIS, [Coordenação: Jonas Gentil, Francisco Pereira Coutinho Januário Jhúnior G. de Ceita e Jorge Bacelar Gouveia – 2018, 2019 e 2020];

- «Colectânea de Legislação Penal de São Tomé e Príncipe», [Organização: Jonas Gentil e J. Jhúnior Ceita – 2016-2022];
- «Colectânea de Legislação Petrolífera de São Tomé e Príncipe», [Jonas Gentil e Francisco Biosa – 2016-2022];
- «Branqueamento de Capitais – A experiência São-Tomense», [inédito, Jonas Gentil – 2016-2019];

VI. Participação em colóquios, conferências, congressos, cursos, seminários, entrevistas e outros eventos

1. Como orador, organizador e/ou apresentador

- Estado e Emergência e a Pandemia Covid-19 nos PALOP: Uma análise do caso em São Tomé e Príncipe, Webbar, Colectivo de Mulheres Africanas (Org./Brasilia), 30 de Abril de 2020 [Orador];
- Apresentação da obra «Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa», Janeiro de 2020 [Apresentador];
- Discurso de Abertura do Projecto Pax Lusófona na Universidade de São Tomé e Príncipe, 1.º Mestrado em Direito Público e Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe desenvolvido pela universidade pública do país, (Chanceler do Projecto da parte são-tomense), Novembro de 2019 [Orador];
- Lançamento do «Estatuto da Função Pública São-Tomense e Legislação Complementar», Centro Cultural Português em São Tomé, 06/06/2019;
- Participação em Entrevista sobre a situação justa em São Tomé e Príncipe e o lançamento das obras EFP e Legislação Complementar e CRDSTP e Legislação Fundamental no Programa «Conversas ao Sul» da RTP Africa, 2019;
- Aula de Direito Constitucional de São Tomé e Príncipe e Apresentação do Livro «Constituição da República de São Tomé e Príncipe e Legislação Fundamental», Região Autónoma do Príncipe, CCP, 16/1/2019;
- «Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos: O acesso do individuo ao sistema africano de protecção – o caso da corte africana», XI Congresso da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, Hotel Pestana, 25 de Abril de 2019 [Orador];
- Aula de Direito Constitucional de São Tomé e Príncipe e o Sistema de Acesso à Justiça na RDSTP, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, 06/12/2018 [Professor convidado/palestrante];
- Apresentação pública do Novo Código do Trabalho, Lei 6/2019, Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 01/05/2019; [Orador e Organizador];
- Participação em entrevista sobre a situação real do país no pós-eleição Legislativa e Regional de 2018, Programa «Causa e Efeito» da RTP Africa, 2018;
- Lançamento do livro «Constituição da República de São Tomé e Príncipe e Legislação Fundamental», Jonas Gentil e Januário Jhúnior G. de Ceita, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 13/11/2018.
- Aula Aberta, «70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos», Centro Cultural Português, Julho, 2018 [co-orador com Jorge Bacelar Gouveia e André A. Aragão]
- A Convenção da CPLP em matéria de Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas, in/ *Ciclo da Justiça em São Tomé e Príncipe – A Reforma da Justiça: O novo Quadro Legal Constitucional e Penal*, Centro Cultural Brasileiro, São Tomé, 13 de Março de 2018 [Orador]
- VII Encontro das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa (RIPAJ), Chefe da Delegação em Representação do Instituto do Direito e Cidadania e do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Brasil, Rio de Janeiro, 5 e 6 de Dezembro de 2017 [Orador]
- 1.º Intercâmbio dos Defensores Públicos e membros do RIPAJ, Escola Superior da Defensoria Pública da União (ES-DPU) – Assistência Jurídica e Judiciária na Lusófia, Brasil, Brasília, entre 11-15 de Dezembro, 2017;
- Lançamento do livro «Anuário do Direito de São Tomé e Príncipe», 28 de Setembro de 2016. [Organizador e co-apresentador com Frederique Samba, Procurador Geral da República e André A. Aragão, Bastonário da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe]
- Apresentação do livro «Reflexões Jurídicas: Direito e Política» do Magistrado Hilário Garrido, 09 de Setembro de 2016. [Orador/Apresentador]
- «Arbitragem Tributária e Sistema Fiscal São-tomense», Professora Tânia C. Pereira, Dr. Nuno Villalobos, Denilson J. Paulino, Centro Cultural Português, São Tomé, 04 de maio de 2015. [Organizador]
- «As Constituições da República e a Migração e o impacto do acordo ortográfico no Direito», Aula Aberta do Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, Centro Cultural Português, São Tomé, 22 de Outubro de 2015. [Organizador]

- «São Tomé e Príncipe e o Tribunal Penal Internacional – Necessidade ou não de ratificação do Estatuto de Roma», in *IV Congresso de Direito de Língua Portuguesa*, São Tomé, 20 de Outubro de 2015. [Orador e Coorganizador]
- «Evolução Legislativa do Sector Petrolífero em São Tomé e Príncipe», in *VIII Conferência Anual da RELOP – Regulação do Sector Energético: Rumos da Matriz Reguladora da CPLP*, São Tomé, 2015. [Orador]
- «Recursos Petrolíferos, Valor e Desenvolvimento», in *Conferência relativa ao 10.º Aniversário de Institucionalização da ANP-STP* São Tomé, 2014. [Orador]
- «A Não-Extradição de Nacionais na CPLP: Perspectiva Histórica e Estado Actual» in *Conferência Cooperação Judiciária Internacional – A Extradição*, São Tomé, 2013. [Orador e Organizador]

2. Como participante

- «A crise do Covid-19 e o Direito Administrativo». Ministrado pelo Professor Doutor Rui Lonceiro; Professora Doutora Carla Amado Gomes e Professora Dra. Suzana Tavares da Silva. Webinar organizado por ICON.S Portugal, 18/05/2020;
- «A crise do Covid-19 e o Direito Constitucional Comparado». Ministrado pelo Professor Doutor Florian Hoffmann; Professora Doutora Catarina Santos Botelho e Professora Doutora Aua Baldé. Webinar organizado por ICON.S Portugal, 27/04/2020;
- «Arbitragem Tributária Portuguesa», Centro de Arbitragem Administrativa e Tributária (CAAD), Portugal, 28 de Setembro, 2017.
- «Apresentação Pública do Relatório de Actividades e de Contas do Tribunal de Contas relativo ao Exercício Económico de 2015», Hotel Pestana, 27 de maio de 2016.
- «A judicialização da política e a politização da justiça: desafios e perspectivas», Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 25 de Janeiro de 2016.
- «Revisão e Confirmação de Sentença Penal Estrangeira», Orador: Guilherme Pósser da Costa. Organização: Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, Dezembro de 2015;
- Curso de «Contractos Internacionais: Aspectos Jurídicos e Fiscais», Escritório de Advogados «Vieira de Almeida e Associados», Sociedade de Advogados, R.L., Lisboa, de 03 a 23 de Junho de 2015;
- Curso de «Business English Language Course», Intermediate Level, Alpha School, San Poulis Bay, República da Malta, 2014;
- «A influência da comunicação social na Justiça Penal – nas perspectivas de um Magistrado e de um Jornalista», oradores: Dr. Justino Veiga, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional e a Dra. São de Deus Lima, Jornalista, respectivamente. VI Congresso da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, a 20 de Fevereiro de 2014.
- «O Crime de Branqueamento de capitais», oradores: Dr. Paulo de Ceita, Jurista da Unidade de Informação Financeira e a Dra. Leida Santos, Bastonária da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, respectivamente. VI Congresso da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe, a 21 de Fevereiro de 2014.
- Curso de «International Petroleum Contract», Centro de Formação Petroskills, Houston, Texas, USA, em 2013;
- Curso em «Applied Health, Safety and the Environment (HSE) Management», Centro de Formação Petroskills, Houston, Texas, USA, em 2013;
- Curso de «Princípios Fundamentais dos Contractos Petrolíferos», Centro de Formação Vantagem +, Portugal, 2012;
- Colóquio sobre a Lei-Quadro das Fundações, Faculdade de Direito da UNL em 3 de Outubro de 2012;
- Health, Safety and the Environment (HSE) en West Africa, Elmina e Accra, Ghana, 2011;
- «Nós, os cidadãos europeus?», no Congresso Internacional 25 Anos na UE, Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, 29 de Novembro de 2011;
- «O Espaço de liberdade, segurança e justiça na sua configuração pós-Lisboa», IX Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da UNL, em 8 de Novembro de 2011;
- «O espaço de liberdade, segurança e justiça como política pública da União Europeia», no Curso de Mestrado em Estudos Europeus do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1 de Outubro de 2011;
- «As políticas de imigração da União Europeia», Curso sobre direito dos estrangeiros e da imigração, na Faculdade de Direito da UNL em 10 de Dezembro de 2010;
- Colóquio «O Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais», Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010;

- «A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça», seminário no Curso de Mestrado em Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa, 5, 6, 19 e 20 de Novembro de 2010;
- «Criminalidade organizada e espaço europeu de liberdade, segurança e justiça», no VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da UNL, 8 de Novembro de 2010;
- «A liberdade de circulação de pessoas e de trabalhadores», no I Curso de Extensão Universitária em Direito do Desporto, Faculdade de Direito da UNL, em 23 de Outubro de 2010;
- Assistência à Conferência «O que mudou no Código do Trabalho», ISCTE, 5 e 6 de Março de 2009.
- «Criminalidade organizada e espaço de liberdade, segurança e justiça», no Curso de Estudos Avançados em Direito e Segurança, na Faculdade de Direito da UNL, em 19 de Novembro de 2008;
- «Reestruturação de Empresas do Planeamento Fiscal», Faculdade de Direito da UNL, 14 de Fevereiro de 2008;
- «Código Civil Português, 40 anos de vigência», Colóquio 10 anos da Faculdade de Direito da UNL, Faculdade de direito da universidade nova de Lisboa, 17, 18 e 19 de Maio de 2007;
- Colóquio «Cinquenta Anos do Tratado de Roma», Faculdade de Direito da UNL, 19 e 20 de Abril de 2007;
- «II Seminário Luso-Brasileiro – 2007 (Direito Público e Direito Privado): Direito Civil, Direito Consumidor, Direito Comercial, Direito Constitucional, Direito Administrativo. Sessão de 04/05/2007: Filosofia do Direito, Direito Penal e Criminologia, Direito Económico, Direito Financeiro, Direito Societário e contractos, Direito Ambiental e Direito Comunitário. Auditório da Faculdade de Direito de Lisboa, 3/4 de Abril de 2007;
- «Da Comunidade Económica Europeia à União Europeia: as revisões dos Tratados de Roma e de Maastricht», no Curso de Direito dos Tratados e Direito Comunitário organizado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa, 22 de Junho de 2007;
- «O Tratado de Roma e as fronteiras dos Estados-Membros», no Colóquio «50 Anos do Tratado de Roma, organizado pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 19 e 20 de Abril de 2007;
- «Cooperação Judiciária em Matéria Penal Internacional». Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 12 de Dezembro de 2006;
- Colóquio «30 Anos da Constituição Portuguesa de 1976», Faculdade de Direito da UNL, 4 e 5 de Abril de 2006;
- «Extradição e revisões constitucionais. A influência da União Europeia», no Colóquio «30 Anos da Constituição Portuguesa de 1976» organizado pela Faculdade de Direito da UNL em 4 e 5 de Abril de 2006;
- «O Espaço Schengen e a sua evolução» no Ciclo de conferências «Europa – Os Horizontes do Século XXI», organizado pelo Núcleo de Estudos de Ciências Políticas e Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, 28 de Novembro de 2005;
- «O direito aéreo da União Europeia» na Pós-graduação em Direito Aéreo e Espacial realizada na Faculdade de Direito da UNL no ano lectivo de 2004/2005, 4 de Novembro de 2004;
- «A instituição de um Tribunal Constitucional em Cabo Verde», na Conferência Internacional «Constitucionalismos e Práticas Constitucionais em Países Lusófonos», organizada pela Faculdade de Direito da UNL, Lisboa, 4 a 9 de Novembro de 2004;
- «A Justiça Constitucional da União Europeia», no Colóquio Internacional sobre «Modelos de Justiça Constitucional – Experiências e Perspectivas», realizado na Cidade da Praia em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2004;

VII. Outras Competências e Aptidões

- Capacidade de se adaptar a novos contextos (de natureza pessoal, escolar ou profissional). Interesse na promoção de debates numa lógica de exposição, de argumentos e apresentação de hipóteses possíveis para a resolução de problemas. Revela capacidade de coordenar/colaborar em projectos. Apresenta bons resultados na gestão de recursos humanos e materiais. Boa relação com a equipa de trabalho, etc. Defende as parcerias e o estabelecimento de contactos entre as instituições. Procura incentivar o diálogo entre os técnicos e a discussão regular de casos, em reuniões ou em contexto informal como a melhor forma de implementação de estratégias e protocolos de intervenção.
- Interesse pela cultura e arte contemporânea. Procura incentivar a investigação no seio da pintura, escultura, música e desporto (Xadrez) entre os profissionais e incentiva a discussão regular de casos paradigmáticos, em reuniões ou em contextos informais procurando a melhor forma de implementação de estratégias e protocolos para intervenção nas áreas identificadas.
- Línguas:

Primeira Língua: Português.

Outras Línguas: Inglês, Espanhol e Francês.

<i>Nível Europeu de Avaliação</i>	Compreensão	Conversação	Escrita
Inglês (C1)	UI	UI	UI
Espanhol (C1)	UI	UI	UE
Francês (B2)	UE	UE	UE
UE: utilizador elementar; UI: utilizador Independente; UP: utilizador proficiente			

Jonas Gentil

São Tomé, 02 de Outubro de 2020

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

N/Ref.2257GP – MLSTP/PSD/2020

De acordo a solicitação feita pela Mesa da Assembleia Nacional, no qual solicita através dos Deputados, a iniciativa de apresentação de candidatura para eleição de um Juiz Conselheiro para Tribunal Constitucional, nos termos do artigo n.º 253.º e 254.º do Regimento da Assembleia Nacional;

Nestes termos, nós, os Deputados abaixo-assinados, vimos propor a Candidatura do Sr. Amaro Pereira de Couto, para a composição do Tribunal Constitucional.

Junto em anexo os processos da candidatura.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os nossos melhores cumprimentos.

Gabinete do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 19 de Novembro de 2020.

Os Deputados, *Raúl do Espírito Santo Cardoso, Eláccio Afonso da Marta e Hélder dos Santos Ceita Joaquim.*

Declaração

Amaro Pereira de Couto, maior, casado, Jurista, portador do B.I. n.º 12455, emitido em 3 de Agosto de 2008, pelo arquivo de identificação de São Tomé, residente no Bairro de Quinta de Sto. António, Círculo Distrital de Água Grande, declara que aceita a proposta dos Deputados para exercer o cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

O Signatário: *Amaro Pereira de Couto.*

Curriculum Vitae

- Nome:** Amaro Pereira de Couto
- Data de nascimento:** 15/01/1956
- Nacionalidade:** São-tomense
- Estado civil :** Casado
- Endereço (telefone/E-mail):** Telefones (00239)222282, (00239)9801221, (00239)9022102 (00239)9946986
- E-mail :** amarocouto969@gmail.com
- Formação:**

Estabelecimento:	Diplomas obtidos
Université de Droit, d'Économie et des Sciences d'Aix-Marseille, France 1992-1995	Diploma de Doutoramento em Direito
Université de Droit, d'Économie et des Sciences d'Aix-Marseille, France, 1991-1992	Diploma de Estudos Aprofundados em Direito (DEA – Diplome d'Études Approfondies)
Université de Droit, d'Économie et des Sciences d'Aix-Marseille, France, 1984-1985	Diploma de Mestrado em Direito (<i>Maîtrise</i>)
Institut d'études politiques d'Aix-en-Provence, France, 1983 -1985	Diploma de Estudos Políticos
Faculté de Droit et des Sciences Économiques et Politiques de Bensaçon, França, 1979-1983	Licenciatura em Direito

8. Abril de 2001, na cidade da Praia, em Cabo Verde, Certificado sobre os procedimentos de pagamento do FED passado pelo *Management for Development Foundation* em colaboração com a Comissão Europeia; entre 1, 7 e 8 de Novembro de 2007, formação sobre o manual Guia dos procedimentos FED de UTA ACP-CE, realizada pela TRANSTEC; de 20 de Novembro a 7 de Dezembro de 2007, formação sobre o instrumento informático SARA (Special Account Régis d'Avance) realizada pela TRANSTEC

9. Línguas (escala 1 a 5, 5 para excelente):

<i>Idioma</i>	<i>Ler</i>	<i>Falar</i>	<i>Escrever</i>
Português	Língua materna, 5 em ler, falar e escrever		
Castelhano			
Inglês	2	2	2
Francês	5	5	5

10. **Outras competências (conhecimentos de informática):** Longa experiência na informática na óptica de utilização do Windows, Word, Excel. Utilizador habitual de outros instrumentos de bureau. Utilizador habitual de Internet e de E-mail

11. Experiência profissional:

Data de – a	País	Instituição	Posição
A partir de Dezembro de 2018	São Tomé e Príncipe	Assembleia Nacional	Deputado
De Outubro 2016 a ...	São Tomé e Príncipe	Universidade Lusíada de São Tomé	Docente
De Outubro 2016 a 2018	São Tomé e Príncipe	Universidade Pública de São Tomé e Príncipe	Docente
2011-2016	São Tomé e Príncipe	Presidência da República (telefone + 239 2221213)	Chefe da Casa Civil
2010-2011	São Tomé e Príncipe	Universidade Lusíada de São Tomé	Docente
A partir de maio de 2010	São Tomé e Príncipe	Representação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Director Técnico de Projecto de Desenvolvimento, UCA (Unidade de Coordenação das Ajudas Públicas)

De Dezembro de 2008 a Junho de 2009	Angola	CESO CI Internacional em Consórcio com a Business & Strategies in Europe	Gestor de Fundos do projecto Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Judiciário
De Outubro de 2007 a Junho de 2008	Angola	ECO – European Consultants Organisation	Gestor de Fundos do projecto Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Judiciário
2006	Angola	Ordenador Regional do FED – UTA ACP-CE (utaacpce@snet.co.ao)	Avaliação do impacto das formações realizadas pelo INA (Instituto Nacional de Administração) de Portugal enquanto perito a cargo da coordenação do projecto Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Judiciário
2004	Angola	Ordenador Regional do FED – UTA ACP-CE	Auditoria KPMG do projecto Apoio ao desenvolvimento do sistema judiciário PIR PALOP enquanto perito a cargo da coordenação do projecto Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Judiciário
De Janeiro de 2004 a Setembro de 2007	Angola	Ordenador Regional do FED – UTA ACP-CE	Coordenador do projecto Apoio ao Desenvolvimento do Sistema Judiciário
2002	Cabo Verde	Ordenador Regional do FED – Ministério das Finanças	Avaliação meio termo projecto Secretariado Técnico para a Coordenação geral dos Programas regionais PALOP enquanto perito a cargo da coordenação do projecto
De Julho de 1999 a agosto de 2003	Cabo Verde	Ordenador Regional do FED – Ministério das Finanças	Coordenador do projecto Secretariado Técnico para a Coordenação geral dos Programas regionais PALOP
De Dezembro de 1998 a Junho de 1999	São Tomé e Príncipe	Representação do PNUD	Director de projecto de Execução Nacional
De Dezembro de 1996 a Dezembro de 1998	São Tomé e Príncipe	Governo	Ministro da Justiça do Trabalho e da Administração Pública
De Março de 1996 a Dezembro de 1996	São Tomé e Príncipe	Representação do PNUD	Director do projecto Apoio à reforma administrativa

De Setembro de 1986 a Janeiro de 1988	São Tomé e Príncipe	Tribunal Superior de Recurso	Juiz Efectivo
1985 a 1986	São Tomé e Príncipe	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Director dos Assuntos Políticos
De 1975 a 1978	São Tomé e Príncipe	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Funcionário
De 1974 a 1975	São Tomé e Príncipe	Banco Central	Mecanógrafo

11. Outras experiências: experiência de trabalho em ambiente sociocultural, económico, político e institucional dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP); boa aptidão para análise das questões e para participar na solução dos problemas; aptidão para planificar o trabalho e gerir prioridades; longa experiência profissional em equipa; boa aptidão para a comunicação oral e escrita; carta de condução para automóveis e larga experiência de condução em países do grupo PALOP;

12. Publicações:

- *O processo democrático*, Artes gráficas de São Tomé e Príncipe, 1997, 140 pp., São Tomé;
- *A vida constitucional e política em São Tomé e Príncipe*, Doriadesign, 1.ª edição, Outubro de 2008, 323 pp., São Tomé.

Projecto de Resolução n.º 75/XI/5.ª/2020 – Constituição da Nova Comissão Eleitoral Nacional

Preâmbulo

Tornando-se necessário proceder à constituição da nova Comissão Eleitoral Nacional, em conformidade com a Lei n.º 9/2010 (Terceira Alteração à Lei das Comissões Eleitorais Nacionais);
A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º
Eleição

São eleitos os Senhores ----- e ----- como Presidente e Secretário da Comissão Eleitoral Nacional, respectivamente.

Artigo 2.º
Designação

São ainda designados membros da Comissão Eleitoral Nacional, os Senhores:

- **Domingos José da Trindade Boa Morte**, em representação do Partido Acção Democrática Independente (ADI);
- **Hernane Viegas da Graça Santiago**, em representação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe / Partido Social Democrata (MLSTP/PSD);
- **Gil de Mascarenhas da Costa**, em representação do Partido de Convergência Democrática (PCD);
- **Armindo Furtado Lopes**, em representação da União do Movimento Democrático Força de Mudança – União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (MDFM-UDD);
- **Homero Jerónimo Salvaterra**, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades;
- **Julay Filipe Mendes**, em representação do Ministério de Assuntos Parlamentares, Descentralização e Reforma de Estado;
- **Vitor Neto Correia**, em representação da Secretaria do Estado da Comunicação Social.

Artigo 3.º
Início de Operações

A Comissão Eleitoral Nacional ora constituída inicia as operações de recenseamento e actualização dos cadernos eleitorais, nos termos estabelecidos na Lei sobre o seu funcionamento.

Artigo 4.º

Entrada em Vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 23 de Novembro de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves*.

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Urgente

N/Ref. 226/GP-MLSTP/PSD/2020

De acordo a solicitação feita pela Mesa da Assembleia Nacional, no qual solicita através dos Deputados, a iniciativa de apresentação de candidatura para eleição ao cargo do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, nos termos do artigo n.º 253.º e 254.º do Regimento da Assembleia Nacional;

Nestes termos, nós, os Deputados abaixo assinados, vimos propor a Candidatura do Sr. Fernando da Silva Maquengo de Freitas, para o cargo acima mencionado.

Junto em anexo os processos da candidatura.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os nossos melhores cumprimentos.

Gabinete do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 18 de Novembro de 2020.

Os Deputados: *Raúl do Espírito Santo Cardoso, Jaime Pires Sequeira de Menezes, Hélder dos Santos Ceita Joaquim*.

Declaração

Fernando da Silva Maquengo de Freitas, são-tomense, maior, jurista, portador do B.I. n.º 44911, emitido pelo C. I. C. C. de São Tomé, em 15 de Outubro de 2020, filho de Manuel José de Freitas Júnior e de Catarina da Silva Gabriel Maquengo, natural de Santo Amaro, Distrito de Lobata – São Tomé, residente em Vila Maria, Distrito de Agua Grande – São Tomé, declara que aceita a proposta dos Deputados para exercer o cargo de Presidente da Comissão Eleitoral Nacional (CEN) da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

São Tomé, 18 de Novembro de 2020.

O Signatário: *Fernando da Silva Maquengo de Freitas*.

Curriculum Vitae**Informação Pessoal**

Apelido

Da Silva Maquengo de Freitas

Nome

Fernando

Residência

Vila Maria – São Tomé e Príncipe

Bilhete de Identidade

44911

Telemóvel	00 239 9903362
Telefone de Trabalho	00 239 2222372 00 239 2227302
Fax:	00 239 2222427
Email	maquengo_f@hotmail.com
Nacionalidade	São-tomense
Data de Nascimento	23 de Novembro de 1966

Resumo:

Cargos de chefia – há mais de vinte e quatro (24) anos: designadamente chefe de departamento, director geral.

Cargos políticos: Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade e Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Meio Ambiente.

Actividades Académicas: Professor de direito contratual petrolífero no Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática, I.U.C.A.I., São Tomé, professor de direito «As Grandes Famílias do Direito» na Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe,

Pós-graduação em Contratação Pública, na Universidade Católica de Lisboa, Escola de Direito.

Vida Associativa: Presidente da Organização São-tomense dos Direitos Humanos, OSDH; Membro do Grupo Cultural, «Tragédia Florentina de Caixão Grande, TCHILOLI», São Tomé.

Advogado fundador da Ordem de Advogados de São Tomé e Príncipe, O.A.S.T.P, Cédula Profissional n.º 35 A.

Vida Política: Membro da Comissão Política e do Conselho Nacional do Partido, Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, Partido Social Democrata, MLSTP/PSD.

Ex-Secretário Geral, Ex-Presidente da Mesa do Conselho Nacional do referido partido.

Experiência Profissional

Desde Fevereiro de 2019: Coordenador do Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitação Contratações Públicas, COSSIL, adstrito ao Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Janeiro a Novembro de 2018 : Membro da Comissão Eleitoral Nacional, C.E.N. (Comissão Provisória), para as eleições Legislativas, Regionais e Autárquicas de 2018, São Tomé e Príncipe.

Fevereiro a Novembro de 2014: Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente de São Tomé e Príncipe.

2008 a Fevereiro de Janeiro de 2014: Director Jurídico da Agência Nacional de Petróleo, ANP-STP; Junho de 2013, Director Executivo da A.N.P/-S.T.P.

2006 a 2008: Assessor Jurídico do Instituto Nacional de Segurança Social, I.N.S.S., São Tomé e Príncipe.

2004 a 2006: Ministro do Trabalho, Emprego e da Solidariedade, São Tomé e Príncipe.

2000 a 2004: Director Geral do Instituto Nacional de Segurança Social, I.N.S.S., São Tomé e Príncipe.

2000 a 2002: Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, C.E.N. de São Tomé e Príncipe, tendo supervisionado eleições presidenciais de 2001 e eleições legislativas de 2002.

1997 a 2000: Presidente da Organização São-tomense dos direitos, Humanos, OSDH, São Tomé e Príncipe.

1995 a 2000: Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro, EMAE Empresa de EMAE

1995 a 2000: Chefe do Departamento Administrativo da Empresa de Água e Electricidade, São Tomé.

1992 a 1994: Monitor Bibliotecário, Universidade Blaise Pascal, Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Clermont –Ferrand, França.

1987 a 1988: Professor de Francês no Ensino Secundário, Escola Preparatória Patrice Lumumba e no Centro de ensino de Francês, São Tomé e Príncipe .

1987: Tradutor Intérprete na Empresa de transportes marítimos, Turimar, São Tomé

Habilitação Académica

2019: Pós-graduação em *Contratação Pública* pela Universidade Católica de Lisboa, sob o número de aluno 145118157;

1994: *Maîtrise de Droit*, Faculdade de Direito e Ciências Políticas de Clermont-Ferrand, França;

1993: *Maîtrise de Français, Langue Etrangère*, FLE, Clermont-Ferrand, França.

Outros

Gosta de leitura, desporto e do debate político

Carta de um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD

Excelentíssimo Senhor
Delfim Santiago das Neves

M.I. Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

N/Ref.^a Of n.º 148/GPC/PCD/MDFM-UDD/2020

Assunto: Candidatura para Secretário da Comissão Eleitoral Nacional

Excelência,
Vimos pela presente ao abrigo das disposições legais submeter a candidatura do Sr. Eterzizy K de Castro d'Alva de Sousa para cargo de Secretário da Comissão Eleitoral Nacional.

Sem mais assunto, queira aceitar os protestos da nossa mais elevada consideração e estima.

São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

Os Proponentes: *Danilson Cotú e Arlindo Carvalho.*

Declaração de Aceitação

Para efeitos de candidatura ao cargo Secretário da Comissão Eleitoral Nacional, declaro a minha anuência ao convite formulado pela Coligação PCD/MDFM-UDD.

Por ser verdade, esta declaração segue assinada por mim.

São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

O Signatário, *Eterzizy K de Castro d'Alva de Sousa.*

Curriculum Vitae**1. Identificação Pessoal**

Nome: Eterzizy K de Castro D'Alva de Sousa
Residência actual: Riba-Mato
Telemóvel: +239 9904284/9029699
E-mail: eterzizy@gmail.com
Conta Afriland First Bank N.º 000100994 06 64
Cartão de Identificação Fiscal N.º: 109232084

2. Habilitação Literária

11.^a Classe Concluída

3. Formação Académica e Profissional

2008 - Frequência do 3.º ano do Curso de Organização e Gestão de Empresas – IUCAI.

2014 - Frequência do 2.º ano do Curso de Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Lusíadas de São Tomé e Príncipe «ULSTP».

2005 – Curso de Capacitação de Pessoal e Incentivo para os Agentes da Função Pública – PRECASP – São Tomé.

2006 – Curso de Informática «Medida de Aperfeiçoamento Profissional» – Centro de Formação Profissional de São Tomé – Budo-Budo.

2007 – Curso de Gestão da Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MGC) – ABC/Ministério das Relações Exteriores – Brasil/CPLP – São Tomé.

2007 – Curso de Contabilidade Básica para não Financeiros – Instituto Nacional de Administração «INA»– Oeiras – Portugal.

2007 – Curso de Contabilidade Pública – Instituto Nacional de Administração «INA» – Oeiras – Portugal.
 2008 – Curso de Contencioso Administrativo – Proj CCAP/Pir PALOP – São Tomé
 2008 – Curso de Técnicas e Métodos Quantitativos – Proj. CCAP/Pir PALOP – São Tomé
 2009 – Curso de Balanced Scorecard – Traduzir a Estratégia em Acção – Instituto Nacional de Administração «INA» – Oeiras – Portugal
 2010 – Curso de Gestão de Projectos «Microsoft Project» – Instituto Nacional de Administração «INA» – Oeiras – Portugal
 2010 – Curso de Licitação e Contratações Públicas – CIAD – São Tomé
 2012 – Curso de Arbitragem de Futebol de 11 – Federação Santomense de Futebol «FSF» – São Tomé
 2012 – Curso de Gestão de Conflitos – Instituto Nacional de Administração «INA» – Algés – Portugal
 2014 – Formação de formador de membros de mesa de voto - CEN
 2019 – Curso dirigido aos Oficiais – Direcção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social
 2019 – Participou no Seminário sobre tema: Políticas Públicas de Promoção e Protecção de Pessoas com Deficiências – Brasília – Brasil.

4. Experiência Profissional

2002 – 2004 – Cumpriu o serviço militar obrigatório – 2.º Cabo da Unidade Naval das FASTP sob o n.º 208
 2003-2004 – Verificador de processos de despesas – DAF – Ministério da Defesa e Ordem Interna.
 2004-2005 – Secretário Administrativo – Comité Olímpico de São Tomé e Príncipe.
 2004 – Oficial Administrativo de 2.ª Classe (Eventual) DAF – Ministério da Juventude, Administração Territorial, Mulher e Família, com passagem por vários Ministério até então (VIII, X, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVII e XVII Governos Constitucionais).
 2005 – Técnico em Elaboração e Execução de OGE e apoio Administrativo – DAF – Ministério da Juventude, Administração Territorial, Mulher e Família.
 2005/06 – Chefe de Secretária do Ministério da Juventude, Administração Territorial, Mulher e Família.
 2006/08 – Técnico em Elaboração, Execução e Controlo do Orçamento – DAF – Ministério da Administração Pública, Reforma do Estado e Administração Territorial – X, XI e XII Governos Constitucionais.
 2008/09 – Transferido para a Direcção Administrativa e Financeira do Ministério da Administração Interna, da Administração Territorial e da Protecção Civil «MAIATPC» – XIII Governo Constitucional, com mesma função.
 2009/11 – Técnico de Cabimentação no Sistema SAFINHO nos MAIATPC e MAPD
 2010/12 – Responsável da área de Orçamento (Elaboração e Execução) no Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização – XIV Governo Constitucional
 2015 – Oficial Administrativo de 2.ª Classe, nomeado no DR. N.º 118 na DAF – Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.
 2012 – 20 – Responsável do Departamento Financeiro da DAF – Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização – XIV Governo Constitucional
 2008-09 – Vice presidente da Comissão de Licitação do MAIATPC
 2010-12 – Vice presidente da Comissão de Licitação do MAPD
 2011-12 – Secretário do Conselho Consultivo do MAPD
 2012 - 20 – Técnico de Pagamento no Sistema SAFE-e do MJAPDH
 2013/20 – Vice presidente da Comissão de Licitação do MAPD - MJAPDH
 2013/2014 – Membro da Comissão Eleitoral Nacional, representante do XV Governo para área de Administração do Território.
 2013/2014 – Exerceu as funções de Coordenador do Distrito de Lembá – Eleições Legislativas e Autárquicas de 2014.
 2019 – Chefe do Departamento Financeiro da DAF – MJAPDH – XIV Governo Constitucional

4. Outras Competências

2005/2011 – Fundou a Associação juvenil na localidade de Montalegre – Mé-Zóchi, denominada de União dos Jovens para Desenvolvimento de Montalegre «UJDM»
 2011/13 – Secretário da Direcção do Conselho Nacional da Juventude «CNJ» de São Tomé e Príncipe
 2012 – Participou no Fórum Global da Juventude em Bali – Indonésia «Revisão das metas do Plano de Acção da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento de Cairo 1994».
 2009 - 20 – Voluntário e assessor da Direcção Nacional da ACASTEP – Associação dos Cegos e Amblíopes de STP.

– Forte capacidade e facilidade para trabalhar em equipa.

São Tomé, 12 de Novembro de 2020.

Eterzizy k de Sousa.

Carta do Secretário-Geral do Partido Acção Democrática Independente (ADI)

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional
de São Tomé e Príncipe

Palácio dos Congressos

São Tomé

De acordo com a comunicação da Vossa Excelência datada de 29 de Outubro de 2020, cumpre-me, neste sentido, indigitar o Sr. Domingos José da Trindade Boa Morte como representante do Partido Acção Democrática Independente (ADI), para integrar a Comissão Eleitoral Nacional.

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé, aos 17 de Novembro de 2020.

O Secretário-Geral, *Américo de Oliveira Ramos.*

Declaração de aceitação

Eu, Domingos José da Trindade Boa Morte, filho de Amadeu da Trindade Boa Morte e de Arcângela José, natural de Conceição – São Tomé, residente em Santana, Bairro dos Casados, portador do Bilhete de Identidade n.º 58570, declaro por minha honra que aceito ser membro da Comissão Eleitoral Nacional, conforme o ofício do Partido Acção Democrática Independente (ADI).

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé, 20 de Novembro de 2020.

O declarante, *Domingos Boa Morte.*

Carta do Secretário-Geral do Partido de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP/PSD)

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Excelência,

Nos termos da alínea b) do artigo 6.º da lei n.º 12/90 – Lei das Comissões Eleitorais, vimos propor o nome do cidadão Hernane Viegas da Graça Santiago, para representar o Partido MLSTP/PSD, na Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

Queira aceitar, Senhor Presidente, os melhores cumprimentos.

Gabinete do Secretário-Geral, São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

O Secretário-Geral, *Arlindo Barbosa.*

Declaração

Hernane Viegas da Graça Santiago, casado, residente na Vila de Bom-Bom, Distrito de Mé-Zóchi, São Tomé, portador do Bilhete de Identidade n.º 53064 e cartão de Eleitor n.º MZ04004452, declaro que é o meu desejo e interesse ser membro da Comissão Eleitoral Nacional, representando o meu glorioso partido MLSTP/PSD, função esta que julgo competente e capacitado para o fazer.

São Tomé, aos 24 de Novembro de 2020.

O Signatário, *Hernane Viegas da Graça Santiago*.

Carta do Presidente do Partido de Convergência Democrática (PCD)

Excelentíssimo Senhor
Delfim Santiago das Neves

M.I. Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé
N/Ref.ª 10/PCD/20210

Assunto: Indicação de um membro para a Comissão Eleitoral Nacional

Excelência, em resposta a Vossa missiva, datada de 29 de Outubro do corrente, em que Vossa Excelência solicita ao Partido de Convergência Democrática a indicação de um representante para integrar a Comissão Eleitoral Nacional a ser constituída, vimos pela presente indicar o Sr. Gil Mascarenhas da Costa para representar o PCD na citada Comissão.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos da minha mais alta consideração e estima.

São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

O Presidente, *Danilson Alcântara Cotú*.

Declaração

Eu, Gil de Mascarenhas da Costa, maior e solteiro, filho de Francisco da Costa e de Hermínia de Mascarenhas, natural de Santana – São Tomé, nascido em 15 de Junho de 1979, portador de B.I. n.º 77202, residente em Santana, declaro que aceito o convite formulado pelo Partido de Convergência Democrática (PCD) para integrar à Comissão Eleitoral Nacional.

São Tomé, 23 de Novembro de 2020.

Carta do Presidente da União MDFM-UDD

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Assunto: Indicação do representante do Partido União MDFM-UDD na Comissão Eleitoral Nacional.
Excelência.

Acusamos a recepção da carta da Vossa Excelência datada de 31 de Outubro de 2020, que solicita a indicação de um representante da União MDFM-UDD para integrar a Comissão Eleitoral Nacional.

A este respeito, cabe-nos indigitar o seguinte representante:

1 – Armindo Furtado Lopes – cidadão eleitor de experiência reconhecida nas actividades eleitorais, residente na cidade de Neves distrito de Lembá. (Contacto 9905963/9894493).

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé, 19 de Novembro de 2020.

O Presidente da União MDFM-UDD, *Carlos Agostinho das Neves*.

Declaração

Eu, Armindo Furtado Lopes, declaro, nos termos do artigo 254.º do Regimento da Assembleia Nacional, que aceito a candidatura apresentada pela União MDFM-UDD para o seu representante na Comissão Eleitoral Nacional.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para os devidos efeitos.

São Tomé, 23 de Novembro de 2020.

O declarante, *Armindo Furtado Lopes*.

Carta do Gabinete do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo

Sua Excelência
Senhor Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Assunto: Indicação de membros para a Comissão Eleitoral Nacional

Excelência;

Em resposta a Vossa carta datada do dia 29 de Outubro de 2020, da qual a Vossa Excelência solicita a indicação de três representantes dos distintos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, Ministério dos Assuntos Parlamentares, Descentralização e Reforma do Estado e da Secretária do Estado da Comunicação Social, a fim de ser designados pela Assembleia Nacional para integrarem Comissão Eleitoral Nacional a constituir, tenho a subida honra de indicar a Vossa Excelência os seguintes nomes:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade – Sr. Homero Jerónimo Salvaterra;
- Ministério dos Assuntos Parlamentares, Descentralização e Reforma do Estado – Julay Filipe Mendes
- Secretaria do Estado da Comunicação Social – Sr. Victor Neto Correia

Sem mais assunto, queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos da minha elevada consideração e estima.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Jorge Lopes Bom Jesus*.

Declaração

Eu abaixo assinado, Homero Jerónimo Salvaterra, maior de idade, nascido a 25 de Novembro de 1957, em Luanda – Angola, filho de Manuel Jerónimo Salvaterra e de Cristina Vaz da Trindade Lombá, de nacionalidade são-tomense, portador do B.I. n.º 47005, emitido pelo Arquivo de Identificação de São Tomé declaro que aceito o convite do Governo para integrar a Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

Feito em São Tomé, aos 25 de Novembro de 2020.

O declarante, *Homero Jerónimo Salvaterra*.

Declaração

Eu, Julay Mendes Filipe, são-tomense, filho de Firmino Filipe e de Aurélia Maria Sacramento, natural de Conceição, nascido em 11 de Julho de 1978, titular de Bilhete de Identidade n.º 81426, passado pelo Arquivo de Identificação Civil, em São Tomé, residente em Trindade.

Declaro que aceito integrar a Comissão Eleitoral Nacional, na qualidade de representante do Ministérios dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização.

São Tomé, aos 23 de Novembro de 2020.

O declarante, *Julay Mendes Filipe*.

Declaração

Eu, Victor Manuel Neto Correia, maior, natural de Conceição – Água Grande – São Tomé, titular do BI n.º 23959, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal, CICC, de São Tomé e Príncipe, aos 02 de Abril de 2012, válido perpetuamente, residente em São Marçal – São Tomé, filho de Abel Gomes Correia e de Arcângela Miguel dos Santos Neto, venho pela presente declarar que aceito integrar a Comissão Eleitoral Nacional, CEN, como representante da Comunicação Social.

Por ser verdade e para todos fins legais e conhecimento público, a presente declaração vai por mim assinada e reconhecida a sua assinatura pelos Serviços de Registos e Notariado.

São Tomé, 23 de Novembro de 2020.

O Declarante, *Victor Manuel Neto Correia*.

Projecto de Resolução n.º 76/XI/5.ª/2020 – Autorização para as Comissões Parlamentares realizarem reuniões semi-presenciais

Preâmbulo

Desde que a pandemia do COVID-19 assolou o mundo, vêm sendo adoptadas diversas medidas de prevenção e combate e, no caso particular de São Tomé e Príncipe, têm sido maiores os desafios das suas instituições para assegurar o exercício das funções primordiais do Estado, condicionado pelos constrangimentos derivados da «nova normalidade».

Considerando que, através da Resolução n.º 94/XI/2020, de 13 de Agosto, a Assembleia Nacional autorizou o funcionamento das Comissões Especializadas Permanentes, naquele período de férias parlamentares, com recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para permitir, excepcionalmente, a participação virtual dos Deputados;

Atendendo que a realização de reuniões semi-presenciais, por um lado, favoreceu o cumprimento do distanciamento social imposto pela pandemia e, por outro, permitiu às Comissões manterem o ritmo dos seus trabalhos na actual conjuntura pandémica, além de acelerar o processo de desmaterialização dos serviços parlamentares;

Sendo oportuno que a Assembleia Nacional continue promovendo iniciativas de abertura parlamentar, à nível das Comissões Parlamentares, com base nas TIC para facilitar o relacionamento entre a Casa Parlamentar e a sociedade civil, agilizar os métodos administrativos, dentre outros;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Autorização

1. É concedida a autorização para as Comissões Parlamentares realizarem reuniões semi-presenciais, a partir da presente Sessão Legislativa, com recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
2. A participação virtual nas reuniões pode ser extensiva a todos os Deputados em efectividade de funções e convidados da Assembleia Nacional.
3. Nas reuniões semi-presenciais o direito de voto é reservado aos Deputados membros das respectivas Comissões, virtual ou presencialmente, até o termo de restrições sociais originadas pela Pandemia do Covid-19.

Artigo 2.º
Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 23 de Novembro de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves*.

Carta do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização

Excelentíssimo Senhor
Secretário da Mesa da Assembleia Nacional

São Tomé

N. Ref.ª 43/MAPRED/GM/C/2020

Assunto: Alteração da Escala da Fragata da Marinha francesa «Ventose»

Excelência,

No âmbito da missão do Navio Ventose Fragata da Marinha francesa que deveria realizar nas águas marítimas de São Tomé e Príncipe nos dias 17 e 18 de Novembro do corrente ano, vimos informar que, a mesma foi adiada para os dias 25 e 26 do corrente mês.

Queira aceitar prezado Secretário, as cordiais saudações.

Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização em São Tomé, aos 23 de Novembro de 2020.

O Ministro, *Cílcio Santos*.

Carta do Ministério da Defesa e Ordem Interna

Excelentíssimo Senhor
Director do Gabinete do Ministro dos Assuntos
Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização

São Tomé

N/Ref.ª 1249/MDOI/GM/2020

Assunto: Alteração da Escala da Fragata da Marinha Francesa »Ventose»

O Ministério da Defesa e Ordem Interna, apresenta a Vossa Excelência os melhores cumprimentos e, para os devidos efeitos, encarrega-me o titular da pasta deste Ministério, de levar ao conhecimento de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização que, a Fragata da Marinha Francesa «Ventose», prevista para escalar o Porto de STP nos dias 17 e 18 de Novembro do corrente ano, foi forçada a alterar a data para os dias 25 e 26 de Novembro do corrente ano, conforme email da Cônsul da Embaixada de França que junto anexamos.

São Tomé, 20 de Novembro de 2020.

A Directora, Subintendente, *Lassalette Neto Boa Morte*.

«Alteração da data de escala Fragata «Ventose»

Cara Senhora Directora,

Sirvo-me do presente email para informar que a fragata «Ventosa» foi forçada a alterar a data da sua escala nas águas de São Tomé e Príncipe. As novas datas são:

25-26 de Novembro de 2020.

Também aproveitamos para informar que a bordo da fragata haverá um helicóptero:

« ALPHA/Aéronef

HELICOPTERE ALOUETTE III – DETACHEMENT 22S/GERMINAL A BORD DE LA FS VENTOSE – F –
XHCP-FNY5225

BRAVO/Equipage

EV GELIOT + 3

CHARLE/Trajectoire

VOLLE 24/11/2020

D/LFS VENTOSE: N0040E00653240615Z NOVEMBRE 2020

WAYPOINT 1 : N00 25 E00637240650Z NOVEMBRE 2020

WAYPOINT 2 : N0000E00631240715Z NOVEMBRE 2020

WAYPOINT 3 N0017E00646240745 Z NOVEMBRE 2020

ATTFS VENTOSE: N0031E00649240800Z NOVEMBRE 2020

DELTA/ Altitude – Vitesse

500FT AGL – 90KTS

ECHO/Ravitaillement

NEANT

FOXTROT/Assistance

GOLF/Mission

VOL DE LIAISON

VOL SUSCEPTIBLE D'ETRE RETARDE OU ANNULE SANS PREAVIS EN RAISON DE FACTEURS
METEOROLOGIQUES, TECHNIQUES OU OPERATIONNELS.

Hotel/Autorisation permanente

NMR/TRANSPORT DE PERSONNEL ET/OU DE MATERIEL ET LIAISONS

DIR06/OFL – 05 /01/2019

Obrigada

Melhores cumprimentos.